

Não dá para dourar a pílula

Economia Brasil

O ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, tem razão. Não dá para dourar a pílula. A economia real vai mal, está travada, estagnada, sufocada pelas altas taxas de juros, pela escassez de crédito e pelo custo do dinheiro. A percepção política de Dirceu se soma à compreensão da atividade empresarial do vice-presidente da República, José Alencar, que defende a redução da taxa básica de juros (Selic) como condição para o Brasil crescer.

Outro membro do primeiro escalão do governo, o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, engrossou o coro dos que reclamam da decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) de manter a Selic em 26,5% ao ano. Na opinião do ministro, "não dá mais para o País estar entre as quatro maiores taxas de juros reais do planeta".

Quem ganha com o atual arrocho monetário? Não é o setor produtivo, a economia real, que gera renda e empregos. Dirceu, Gomes e Alencar interpretam o sentimento que permeia a sociedade brasileira, sufocada pela

ortodoxia da política monetária.

A eles se junta o empresário Antônio Ernirio de Moraes, do Grupo Votorantim, para quem a manutenção da Selic no patamar de 26,5% se deve ao forte lobby dos bancos. Ele lembrou, em entrevista a uma rádio, que no primeiro trimestre os bancos obtiveram lucros 35% maiores do que os registrados no mesmo período do ano passado.

Estudo realizado pela ABM Consulting sustenta a afirmação do empresário e mostra que as operações de crédito dos quatro maiores bancos privados do Brasil (Bradesco, Itaú, Unibanco e Santander/Banespa) cresceram, no primeiro trimestre, somente 8,9% em termos nominais. No mesmo período, o ganho desses bancos com títulos e valores mobiliários aumentou 69,72%. Somados, os lucros desses bancos totalizaram R\$ 2,27 bilhões, ante R\$ 1,677 bilhão nos três primeiros meses do ano passado.

São ganhos astronômicos, para dizer o mínimo, e mostram que os juros altos estimulam os bancos a concentrar suas aplicações em títulos públicos, que garantem remuneração sem riscos. Em suma, as instituições bancárias desviam-se da sua principal finalidade, que é o financiamento do setor privado.

O comportamento do Índice de Preços ao Consumidor Amplo-15 (IPCA-15) em maio deu munição aos que defendem a Selic em 26,5%. Havia expectativa de que a variação desse indicador ficaria em torno

de 0,70%, abaixo, portanto, da taxa de 0,85% registrada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O IPCA-15, medido em meados de cada mês, funciona como uma prévia do IPCA fechado no mês. Em abril, o IPCA-15 havia subido 1,14% e agora acumula alta de 7,51% no ano e de 17,24% nos últimos 12 meses. A meta de inflação do IPCA é de 8,5% neste ano.

Quando se decompõe esse indicador, fica claro que não existe inflação de demanda e que a pressão de alta parte das tarifas públicas, administradas pelo governo. Senão, vejamos: os preços de alimentos no IPCA-15 recuaram de 1,61%, em abril, para 0,64% em maio; os dos remédios caíram de 5,87% para 0,76%. A gasolina, com expectativa de redução de 5%, registrou apenas parte da queda dos preços nas refinarias. Até 15 de maio, data-limite da coleta de preços, a queda foi de 1,71% nos postos.

O gás de cozinha, depois de uma alta de 4% em abril, ainda aumentou 1,94% em maio. Do início do Plano Real, em julho de 1994, até abril, o preço do botijão de gás em São Paulo apresentou aumento acumulado de 502,27%, em comparação com os 131,70% acumulados pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC) calculado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

Mas a tarifa de energia elétrica foi o item que mais subiu no IPCA-15. Sua variação foi de 6,4% em maio, ante

1,37% no mês passado, o que impediu uma queda mais expressiva desse indicador de inflação.

O Brasil precisa retomar o caminho do desenvolvimento econômico. Se em nome do combate à inflação os formuladores da política econômica insistirem em manter os juros nos atuais patamares, corre-se o risco de uma recessão. Representantes do governo já admitem que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) ficará abaixo de 2% neste ano. Fontes privadas estimam que a taxa de crescimento será de apenas 1% a 1,5%.

O Brasil precisa crescer. Este é o grande anseio da sociedade brasileira. O desenvolvimento contínuo e sustentado somente será possível com uma queda significativa dos juros, que evidentemente não pode ser abrupta. É necessário que a autoridade monetária avance o quanto antes nesta direção para injetar oxigênio na atividade econômica.

Para imprimir, enviar ou comentar, acesse:
www.gazetamercantil.com.br/editorial